



NESTA EDIÇÃO

- *Entidades discutem o lançamento, em SP, da Campanha Salarial Unificada 2014*
- *Saiu na imprensa*

ENTIDADES DISCUTEM O LANÇAMENTO, EM SP, DA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2014

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – Seção São Paulo, do qual o SINAL faz parte, reuniu-se na quinta-feira, dia 16/1, para preparar o lançamento da Campanha Salarial Unificada 2014 na cidade de São Paulo.

Em consonância com o calendário nacional estabelecido e já divulgado no boletim Sinal-SP Informa [nº 1](#), de 15/1/14, a Campanha Salarial inicia-se no dia 22/1 com o seu lançamento nos estados e terá prosseguimento no dia 5/2 com a realização de Ato Público, em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento, quando será entregue ao governo a pauta de reivindicações das categorias (ver abaixo artigo no quadro Saiu na Imprensa).

Os próximos passos da Campanha: realização, em 6/2, em Brasília, de Seminário Nacional sobre a Dívida Pública; em 07/2, de reunião ampliada do Fórum para avaliação e discussão dos próximos passos, e do eventual indicativo de greve já sinalizado por algumas entidades; e, em 12/2, encontro das Centrais Sindicais com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto de lei que regulamenta o direito de greve no serviço público (mais informações, clique [aqui](#)).

Expostas as situações individuais de cada categoria, foram definidas as seguintes atividades:

- No dia 22/1, entrega aos servidores, nas estações de trabalho do respectivo órgão/autarquia/fundação, de folheto (a ser preparado pelo SINTRAJUD) alusivo ao lançamento da campanha salarial 2014;
- Ainda nesse dia, às 18h, no SINSPREV, realização de encontro dos dirigentes sindicais com vistas a discutir as estratégias e a

pauta unificada da campanha salarial;

- No dia 24/1, realização de Ato, com a participação de aposentados, em frente ao prédio que abriga o escritório da Presidência da República, na Av. Paulista com a Rua Augusta.

A reunião, com a presença de 25 dirigentes de entidades sindicais, contou com a presença, além do SINAL, representado pelos conselheiros regionais Patrícia Alvim e Natalino Sakamuta, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD), que sediou o encontro, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO), do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência social no Estado de São Paulo (SINSPREV), do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SINTUFABC), do Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo (SINDFAZ/SP), do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior (SINTUNIFESP) e da Associação dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE).

**JOGANDO JUNTOS
A GENTE CONQUISTA**
Serviço Público Padrão FIFA

- Definição de data-base (1º de maio)
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLPs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios
- Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
SEM ESTE TIME O BRASIL NÃO ENTRA EM CAMPO
Valorização já!

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINASEMPU, SINPECPF E UNACON-SINDICAL

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

SAIU NA IMPRENSA

Federais vão lançar campanha salarial com atos nos estados e marcha a Brasília

Funcionalismo lançará já a campanha de olho na Copa e nas eleições; se governo não ceder, indicativo é de greve unificada para abril;

Judiciário e MPU participam

16/1/14

Por Hécio Duarte Filho

Os servidores públicos federais correm contra o tempo na preparação da campanha salarial nacional de 2014, ano de Copa do Mundo e de eleições presidenciais – dois acontecimentos que 'encurtam' o calendário legislativo e político de Brasília. O lançamento nos estados está marcado para 22 de janeiro. As manifestações nos estados vão preceder o lançamento nacional da campanha, previsto para 5 de fevereiro, quando acontecerá a primeira marcha unificada da categoria a Brasília do ano. Sindicatos e a federação nacional (Fenajufe) dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU participam da organização da campanha.

Representantes sindicais da categoria querem reeditar, com mais força, a mobilização unificada de 2012, quando o funcionalismo fez a sua mais forte greve pelo menos desde que o governo federal passou para as mãos do PT, em 2003. Os trabalhadores devem enfrentar forte resistência do governo em conceder quaisquer coisas ao setor. A intenção do governo de Dilma Rousseff de não permitir reajustes salariais ficou nítida na votação da proposta orçamentária da União para 2014, na qual não há previsão de reposições salariais.

Enquanto isso, o mesmo orçamento, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o mesmo Orçamento que congela salários prevê cerca de R\$ 1 trilhão, 42% do total, para pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas – a quantia corresponde a dez vezes o valor previsto para a saúde ou a 192 vezes o direcionado à reforma agrária. Supera, ainda de acordo com a Auditoria Cidadã, em quatro vezes as despesas previstas com todos os servidores públicos federais do país.

'Junho não terminou'

As reuniões para organizar o lançamento da campanha já estão acontecendo nos estados. Os dirigentes sindicais sabem da dificuldade do período – tradicionalmente com grande contingente de trabalhadores de férias no setor público e de esvaziamento das instâncias políticas do país –, mas querem superar as dificuldades e dar a largada o quanto antes na campanha, que já tem previsão de greve por tempo indeterminado para abril. Congressos de alguns setores do funcionalismo aprovaram o indicativo de greve para antes disso: é o caso dos técnico-administrativos das universidades federais, reunidos na Fasubra, e dos trabalhadores da administração direta e de autarquias, que se organizam na Condsef, que indicaram o início da paralisação para março.

A pressa tem justificativa. Os servidores sabem que o ano será curto por conta da Copa do Mundo e das eleições. Além disso, não alimentam ilusões de que o governo sentará para negociar de fato sem uma forte pressão por parte do funcionalismo. Foi assim em 2012, quando as negociações só avançaram, mesmo que timidamente, após mais de 30 segmentos cruzarem os braços. Em

2013, por outro lado, sem greve e sem grandes mobilizações, o Ministério do Planejamento não respondeu à pauta de reivindicações geral e nem sequer abriu as negociações formalmente.

Para Madalena Nunes, dirigente da Fenajufe e do sindicato do Piauí (Sintrajufe-PI), as grandes manifestações de junho do ano passado vão se refletir nas de 2014. "Com a Copa e as eleições, já se desenha para 2014 grandes mobilizações, junho não terminou", afirma. Na avaliação da servidora Ana Luiza Figueiredo Gomes, ex-dirigente da federação, é possível construir um ano com mobilizações ainda superiores as jornadas gerais de 2013 e à greve de 2012. Ela destaca que o funcionalismo cumpre um importante papel neste sentido - desde que atue de forma unificada. "Temos uma mesma plataforma de reivindicações, vamos com a pauta geral, [sem deixar] de defender as questões específicas", propõe.

Fonte: [Sintrajud](#)

[[]]

Assédio moral poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa

16/1/14

Simone Franco

O assédio moral contra servidor público poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está pronta para votar, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que criminaliza a prática na administração pública. A matéria ([PLS 121/2009](#)) tem parecer favorável do relator, senador Pedro Taques (PDT-MT).

O substitutivo elaborado por Taques acrescenta à Lei de Improbidade Administrativa ([Lei 8.429/1992](#)) o assédio moral como nova hipótese de conduta contrária aos princípios do serviço público. Originalmente, Inácio Arruda pretendia inserir a conduta no rol de proibições estabelecidas na Lei 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União (RJU).

O foco da intervenção foi deslocado, segundo justificou o relator, para contornar inconstitucionalidade presente no PLS 121/2009.

"A iniciativa de projetos de lei referentes a servidores públicos e seu regime jurídico compete ao chefe do Poder Executivo respectivo e nem mesmo a sanção pode convalidar o vício de iniciativa e sanar a inconstitucionalidade formal de proposições que violem esse preceito", argumentou Taques, baseado em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

Por outro lado, recente posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecendo assédio moral praticado por um prefeito contra servidora municipal como ato de improbidade administrativa incentivou Taques a recomendar seu enquadramento na Lei de

Improbidade.

“O assédio moral é uma prática execrável, que deve ser extirpada das relações de subordinação empregatícia, ainda mais no serviço público, onde o Estado é o empregador e o bem comum é sempre a finalidade”, sustentou Taques.

A definição dada à conduta no PLS 121/2009 acabou sendo mantida no substitutivo: coação moral realizada por autoridade pública contra seu subordinado, por meio de atos ou expressões que afetem sua dignidade ou imposição de condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 121/2009, se aprovado, será examinado em seguida pela Câmara dos Deputados.

Fonte: [Agência Senado](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)